

Associação de Contribuintes critica “abolição” das portagens

Na sequência da recente aprovação, em Assembleia da República, da “abolição” de algumas portagens, vem a APC – Associação Portuguesa de Contribuintes, na sua missão de pedagogia fiscal, esclarecer o seguinte:

1. A dita “abolição” significa apenas a transferência do custo de construção e manutenção dos troços em causa, dos utilizadores para os contribuintes;
2. A APC abstém-se de comentar o enquadramento político da votação em si, mas lamenta o termo utilizado, “abolição”, por partidos e comentadores, como se com esta votação deixássemos, todos nós contribuintes, de as pagar;
3. Os partidos assumem a popularidade desta medida para quem as utiliza, não referindo que o ónus passou para os portugueses que não as utilizam, incluindo os que não têm viatura própria. Estranhámos até que alguns partidos, sempre contra a utilização do automóvel, tenham agora votado a favor desta medida que incentiva o seu uso e distribui estes custos também por quem não o tem. A iliteracia é transversal;
4. Esta forma continuada de referir o fim das portagens, como se a medida fosse positiva para os portugueses, distorce a realidade, aumenta a iliteracia fiscal dos portugueses e impede o debate que lamentamos não existir sobre se o custo, da utilização rodoviária ou de outros serviços, deve ser suportado todo através dos impostos, ou pelo utilizador-pagador;
5. Lamentamos também que o Governo, opondo-se a essa votação como se fosse uma quebra de receita para as suas contas, se esqueça de que os verdadeiros prejudicados com essa votação serão os contribuintes. O dinheiro do Estado é dinheiro dos contribuintes, sejam os de hoje ou os de amanhã, através da dívida;

Assim, solicitamos a todos os intervenientes neste tema, Governo, partidos, comentadores e, sobretudo, órgãos de comunicação social responsáveis pelo escrutínio da ação pública, que recolquem o debate onde ele deve estar: Não existe “abolição”, existe sim uma transferência do custo de construção e manutenção dos troços de autoestrada em causa, dos utilizadores para os contribuintes. Com mais transparência e conhecimento de todas as implicações, os portugueses poderão evoluir para opiniões mais fundamentadas e racionais.